

Brasília, 27 de dezembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário REGIS DUDENA
Secretaria de Prêmios e Apostas – SPA
Ministério da Fazenda

Referência: Lei Federal 14.790/2023, Portaria SPA/MF 1209/2024

Assunto: Requerimento de extensão de prazo para apresentação da certificação relativa a jogos on-line – Risco de início do mercado regulado sem os principais Jogos da atualidade – Risco à Arrecadação – Laboratórios Credenciados sobrecarregados, não conseguindo atender à demanda do mercado

Excelentíssimo Senhor Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, a **ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE GAMING** ("Requerente" ou "AIGAMING"), associação privada, inscrita no CNPJ sob o n.º 47.721.357/001-22, com sede na Rua Dr. Guilherme Bannitz, 126, conjunto 81, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04.532-060, por meio de seu Diretor Presidente abaixo assinado, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 6º da Lei n.º 9.784/1999 ("Lei de Processo Administrativo") e no art. 19, VII, da Lei n.º 12.529/2011, **reforçar seu Requerimento de prorrogação de prazo para a apresentação exclusivamente das certificações relativas aos jogos on-line e às respectivas integrações**, pelos fundamentos de fato e de direito que serão expostos a seguir.

1. Introdução

A publicação da Portaria SPA/MF nº 1.207, de 29 de julho de 2024, estabeleceu os requisitos técnicos de jogos *on-line* e dos estúdios de jogos ao vivo, disponibilizando 05 (cinco) meses de prazo hábil para que os provedores certificassem seus jogos e, assim, obtivessem o respectivo "*cover letter/cover page/branded report*", requisito que os laboratórios licenciados têm exigido para que seja realizada a certificação da integração do respectivo provedor à plataforma que operará sob o domínio bet.br.

Em razão do prazo exíguo e da sobrecarga de demandas enfrentada pelos laboratórios credenciados, informação que pode ser confirmada junto aos referidos laboratórios, diversos importantes provedores de jogos, tais como Spribe, PG Soft, e PG Smart, bem como agregadores de jogos, tais como a Pariplay, ainda não conseguiram concluir a certificação dos seus jogos mais populares no mercado brasileiro e das respectivas integrações às plataformas, justamente os jogos que geram mais resultado financeiro

para os operadores e, conseqüentemente, os que gerarão maior arrecadação tributária, tão necessária ao estado brasileiro.

Os riscos dessa conjuntura incluem:

- a) Prejuízo à experiência do usuário;
- b) Estímulo à migração para o mercado não regulado;
- c) Redução da arrecadação tributária.

2. Competência da Secretaria de Prêmios e Apostas ("SPA")

A competência da Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) está estabelecida no Decreto nº 11.907/2024, que atribui a esta Secretaria a responsabilidade pela autorização, regulação, normatização, monitoramento, supervisão e fiscalização das atividades de prêmios e apostas no Brasil (art. 55). Essas funções são essenciais para garantir a implementação eficaz do regime regulatório.

Nesse contexto, a SPA possui a prerrogativa de editar e ajustar normas, manuais e instruções técnicas, bem como a faculdade de instaurar processos administrativos, conceder licenças, aplicar sanções e, quando necessário, prorrogar prazos regulatórios. Essa flexibilidade, intrínseca à sua competência administrativa, visa atender ao interesse público e assegurar a efetividade das políticas de regulação.

É importante destacar que não há vedação legal expressa para a SPA, no exercício de sua discricionariedade administrativa, prorrogar prazos fixados em portarias, desde que tal medida seja devidamente fundamentada. Essa prerrogativa, alinhada aos princípios da conveniência e oportunidade, é respaldada pelo artigo 5º da Lei nº 14.790/2023, que define a autorização como um ato administrativo discricionário destinado a atender às necessidades coletivas.

A extensão de prazos, nesse sentido, configura-se como um instrumento legítimo e necessário para ajustar demandas operacionais e garantir a implementação eficiente do regime regulatório, promovendo benefícios tangíveis, como a inclusão de jogos populares, a maximização da arrecadação tributária e a mitigação de riscos associados à evasão para o mercado não regulado.

3. Fundamentação do Requerimento:

3.1. Proporcionalidade, Razoabilidade, Eficiência e Segurança Jurídica

A sobrecarga atual enfrentada pelos laboratórios credenciados representa fato concreto que obsta a conclusão, no prazo originalmente fixado, dos processos de certificação dos jogos e integrações de provedores. A Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), ao adotar essa medida, fundamenta sua decisão em princípios constitucionais e legais que norteiam a administração pública.

Tal circunstância tornou-se pública nos últimos dias:

Bets pedem ao Ministério da Fazenda prorrogação do prazo para certificação de integração entre operadores e provedores de jogos

APOSTAS | 26.12.24

Por: Magno José

<https://bnldata.com.br/bets-pedem-ao-ministerio-da-fazenda-prorrogacao-do-prazo-para-certificacao-de-integracao-entre-operadores-e-provedores-de-jogos/>

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) afirma que grandes bets estão sendo preteridas pelas seis certificadoras indicadas pelo governo e, por isso, pedem que seja postergada para fevereiro a estreia de apostas certificadas. Os nomes não foram revelados, revela nota do [Painel S.A. da Folha de S.Paulo](#).

O pedido, obtido pelo Painel S.A., foi enviado em ofício nesta terça (24) para a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA), do Ministério da Fazenda. No documento, a associação solicita a prorrogação por 30 dias do início das atividades com a certificação. O prazo oficial vigente é 1 de janeiro de 2025.

<https://bnldata.com.br/bets-cogitam-ir-a-justica-para-adiar-apostas-certificadas/>

Entre os princípios aplicáveis a justificar o pedido de prorrogação de prazo, destacam-se os da razoabilidade e eficiência (art. 37, caput, CF/88¹), da proporcionalidade (art. 2º, caput, Lei nº 9.784/99²) e da segurança jurídica (art. 5º, caput, CF/88). Tais princípios exigem que as ações administrativas sejam adequadas aos objetivos a serem alcançados, necessárias para enfrentar as circunstâncias excepcionais e proporcionais ao impacto pretendido, garantindo equilíbrio entre meios e fins.

A aplicação do princípio da razoabilidade encontra respaldo na situação dos laboratórios, cuja sobrecarga operacional impede a conclusão tempestiva das certificações sem comprometer a qualidade do processo. A medida também é adequada, pois permite que os provedores finalizem suas certificações de maneira apropriada, assegurando a disponibilidade de jogos populares no mercado regulado. Sua necessidade se justifica pela excepcionalidade das condições enfrentadas, que requerem ajustes para evitar prejuízos ao setor regulado.

A proporcionalidade, por sua vez, está presente na medida em que a extensão do prazo não gera prejuízos significativos, mas sim contribui para a efetividade do novo regime regulatório. Além disso, a ampliação está alinhada ao princípio da eficiência, pois otimiza os resultados da administração pública ao assegurar que os objetivos regulatórios sejam alcançados sem desperdício de recursos e com a inclusão de jogos populares no mercado regulado, maximizando a arrecadação tributária.

O princípio da segurança jurídica reforça a importância da previsibilidade e estabilidade nas relações jurídicas. Uma implementação do regime regulatório sem a certificação completa dos principais provedores poderia gerar insegurança entre operadores e usuários, prejudicando a confiança no sistema. A extensão do prazo, ao contrário,

¹ “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...”

² Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

promove uma transição regulatória harmoniosa, reduz o risco de evasão para o mercado não regulado e fortalece o setor regulado.

A prorrogação do prazo assegurará:

- a) A inclusão dos jogos mais populares e rentáveis no mercado legal, maximizando a arrecadação tributária;
- b) Confiança dos usuários no sistema recém-implementado, evitando a evasão para operadores não regulados; e
- c) Estabilidade e previsibilidade, promovendo a adequada transição para o novo regime, conforme o princípio da segurança jurídica.

Cumprе salientar que a extensão de prazo não significa abrandamento na exigência de conformidade ou de integridade dos jogos. As sanções regulamentares previstas nas Portarias nº 722/2024 e nº 1209/2024 para violações de *fair-play* permanecem integralmente vigentes.

3.2. Hierarquia das Normas e a Discricionariedade Administrativa na Prorrogação dos Prazos

3.2.1. A Hierarquia das Normas Jurídicas

No ordenamento jurídico brasileiro, as normas se estruturam em uma hierarquia que orienta a aplicação do direito e garante a segurança jurídica:

- a) Constituição Federal: É a norma fundamental que estabelece os princípios e direitos básicos, servindo como base para todas as outras normas.
- b) Leis Ordinárias e Complementares: Regulam matérias específicas previstas na Constituição, como a Lei nº 14.790/2023 e a Lei nº 9.784/1999.
- c) Decretos e Regulamentos: Detalham e regulamentam as leis, como a Portaria SPA/MF nº 827/2024, que disciplina a execução da Lei nº 14.790/2023.
- d) Atos Administrativos: Incluem portarias, instruções normativas e manuais técnicos que operacionalizam as leis e regulamentações.

Essa estrutura hierárquica assegura que atos administrativos, como a prorrogação de prazos procedimentais, sejam fundamentados e limitados pela legislação superior.

3.2.2. A Discricionariedade Administrativa

A discricionariedade administrativa é a margem de liberdade conferida aos gestores públicos para tomarem decisões baseadas na conveniência e oportunidade, desde que respeitem os limites legais. No caso da Lei nº 14.790/2023, a autorização para exploração de apostas de quota fixa é descrita como ato discricionário (art. 5º), permitindo ajustes necessários para o cumprimento dos objetivos regulatórios.

Segundo a Lei nº 9.784/1999, o processo administrativo deve observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência (art. 2º). Assim, a Secretaria de Prêmios e

Apostas (SPA) tem competência para ajustar prazos regulatórios, especialmente em situações excepcionais, como a sobrecarga operacional dos laboratórios credenciados

A Lei nº 14.790/2023 e a Portaria SPA/MF nº 827/2024 estabelecem diretrizes para a certificação de jogos e a obtenção de autorizações. No entanto, não há vedação legal à extensão de prazos procedimentais. Pelo contrário, a administração pública deve atuar para garantir a implementação eficiente do regime regulatório, como preconiza a Lei nº 9.784/1999 nos termos dos princípios já elencados em capítulo 3.

A prorrogação de prazos em regulamentações já foi aplicada com sucesso em diversos contextos no Brasil. Um exemplo notável ocorreu durante a pandemia de COVID-19, quando a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)³ implementou medidas para mitigar os impactos no setor aéreo. Em março de 2020, a ANAC prorrogou por 120 dias a validade das credenciais permanentes previstas no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 107, cujos vencimentos ocorreriam entre março e junho daquele ano. Além disso, suspendeu por 30 dias a aplicabilidade de determinadas diretrizes de segurança. Essas ações permitiram que operadores aeroportuários e companhias aéreas ajustassem suas operações às restrições impostas pela pandemia, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e a segurança das operações aéreas.

Outro exemplo relevante está relacionado à Lei nº 14.133/2021⁴, que substituiu a antiga Lei nº 8.666/1993 e trouxe uma abordagem mais detalhada sobre os contratos de prestação de serviços contínuos. A nova lei estabelece que o prazo inicial desses contratos pode ser de até 12 meses, com possibilidade de prorrogações que totalizem até 60 meses. Essa flexibilização visa proporcionar maior eficiência e continuidade na prestação de serviços essenciais pela Administração Pública, permitindo ajustes nos prazos contratuais conforme as necessidades operacionais e orçamentárias.

Esses precedentes demonstram que a extensão de prazos, quando devidamente fundamentada e aplicada em conformidade com os princípios legais, serve como instrumento eficaz para assegurar a continuidade de serviços e a adaptação a circunstâncias excepcionais, sempre em prol do interesse público.

3.2.3. A Prorrogação de Prazos como Instrumento de Efetividade Regulatória

A prorrogação de prazos procedimentais não implica violação à Lei nº 14.790/2023, mas sim um ajuste técnico-administrativo necessário para garantir a efetividade do novo regime regulatório. Essa medida é coerente com a hierarquia das normas, pois:

- (i) É fundamentada nos princípios constitucionais e legais aplicáveis, como os previstos na Constituição Federal e na Lei nº 9.784/1999.
- (ii) Respeita os limites e diretrizes fixados pela Lei nº 14.790/2023 e pela Portaria SPA/MF nº 827/2024.

³ Disponível em: [https://www.gov.br/anac/pt-br/centrais-de-conteudo/aeroportos-e-aerodromos/informativos-sia/2020-08#:~:text=COVID%2D19%20E2%80%93%20PRORROGA%C3%87%C3%83O%20DE%20PRAZOS%20PREVISTOS%20NA%20REGULAMENTA%C3%87%C3%83O,-Considerando%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o&text=1\)%20Prorrogar%20por%20120%20dias,mar%C3%A7o%20e%20junho%20de%202020](https://www.gov.br/anac/pt-br/centrais-de-conteudo/aeroportos-e-aerodromos/informativos-sia/2020-08#:~:text=COVID%2D19%20E2%80%93%20PRORROGA%C3%87%C3%83O%20DE%20PRAZOS%20PREVISTOS%20NA%20REGULAMENTA%C3%87%C3%83O,-Considerando%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o&text=1)%20Prorrogar%20por%20120%20dias,mar%C3%A7o%20e%20junho%20de%202020). Acessado em 19/12/2024.

⁴ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-n-14133-2021-prazos-para-contratos-de-prestacao-e-servicos/2679295397>. Acessado em 19/12/2024.


- (iii) Está alinhada ao interesse público, contribuindo para a inclusão de jogos populares no mercado regulado e para o aumento da arrecadação tributária

4. Do Pedido

Diante do exposto, requer ao Sr. Secretário, nos termos do Decreto nº 11.907/2024 e demais disposições aplicáveis:

- (i) A prorrogação do prazo originalmente estipulado na Portaria SPA/MF nº 1.207, de 29 de julho de 2024, para 28 de fevereiro de 2025, a fim de exclusivamente viabilizar a conclusão dos processos de certificação dos jogos on-line mais populares e suas respectivas integrações, garantindo, assim, a plena implementação do novo regime regulatório, com benefícios para a arrecadação tributária e para a confiança do usuário; e
- (ii) A expedição de comunicação formal via SIGAP aos operadores e provedores de jogos, informando sobre os novos prazos para certificação, em atenção aos princípios da publicidade e transparência (art. 37, CF/88).

Certo de poder contar com a compreensão e o elevado espírito público do Excelentíssimo Senhor Secretário, a Requerente permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e apresenta protestos de estima e consideração.

Documento assinado digitalmente
 **MARCIO BORGES MALTA**
Data: 27/12/2024 14:08:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Márcio Malta
Associação Internacional do Gaming
AIGAMING